

**“O QUE ME DÓI É VER AS CRIANÇAS NAS CAÇAMBAS”:
criações docentes e desigualdades em tempos de Covid-19**

Ana Gabriela da Silva Vieira¹
Eduardo Garralaga Melgar Junior²
Marcio Caetano³

Resumo: As situações emergenciais inauguradas com a pandemia de Covid-19 nos obrigaram a conjecturar sobre as dinâmicas de sociabilidades e os modos como elas se constituem na vida em meio à letalidade do vírus Sars-CoV-2 e das necropolíticas em curso no Brasil. Em várias cidades pelo país, a alternativa encontrada foi o ensino remoto e, em outras, dada a exclusão digital, as escolas instituíram práticas educativas possíveis com vista a manter os vínculos com as crianças. Com atenção a esse cenário, nosso objetivo é interrogar as experiências docentes, em contextos socioeconômicos desiguais que marcam a cidade de Pelotas, interior do estado do Rio Grande do Sul, sobre o acesso de estudantes as tecnologias de ensino remoto ou práticas educativas possíveis propostas pela Secretaria Municipal de Educação e Deporto. Para isso, foram realizados diálogos informais com docentes e equipes pedagógicas diretas, por meio de aplicativos de conversas instantâneas, a exemplo de WhatsApp, a fim de discutir suas experiências acerca do ensino remoto e das possibilidades no que diz respeito ao auxílio e manutenção de vínculo com as/os estudantes. As ponderações, balizadas nas contribuições de Michel Foucault, Judith Butler e Achille Mbembe expõem que a pandemia acentuou o drama vivido pelas populações empobrecidas, desnudando o cenário violento das necropolíticas neoliberais que desmantelaram as políticas sociais nos últimos anos.

Palavras-chave: Pobreza. Educação Escolar Pública. Acesso à Tecnologia.

¹ Doutoranda em Educação na linha de Epistemologias Descoloniais, Educação Transgressora e Práticas de Transformação do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Educação na linha de Epistemologias Descoloniais, Educação Transgressora e Práticas de Transformação do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Possui Graduação em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Pelotas. Integra o Grupo de Pesquisa Políticas do Corpo e Diferenças - POC'S.

² Doutor em Educação em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (FURG). Possui graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Pampa (2010) e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pampa (2014). Atualmente é orientador educacional da Escola Municipal de Ensino Fundamental Jeremias Fróes, Pelotas/RS e integra o Grupo de Pesquisa Políticas do Corpo e Diferenças - POC's. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação de jovens e adultos, língua estrangeira para crianças, formação de professores, educação e tecnologia da informação e comunicação.

³ Pós-doutor Educação, com apoio do PNPd-CAPES, pelo o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenador do Centro de Memória LGBTI João Antônio Mascarenhas (UFPEL/UFES). Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com mestrado e doutorado em educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), orienta investigações desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Educação da mesma Instituição. Os seus temas de interesse e pesquisa são: 1. currículos e culturas; 2. masculinidade(s) e 3. população lésbica, gay, bissexual, travesti e transexual e 4. estudos decoloniais e subalternos.

“O QUE ME DÓI É VER AS CRIANÇAS NAS CAÇAMBAS”:
teacher creations and inequalities in Covid-19's times

Abstract: The emergency situations inaugurated with the Covid-19 pandemic forced us to conjecture about the dynamics of sociability and the ways in which they are constituted in life amidst the lethality of the Sars-CoV-2 virus and the necropolitics in progress in Brazil. In several cities across the country, the alternative found was the remote learning, and in others, given the digital exclusion, schools instituted possible educational practices in order to maintain bonds with children. In view of this scenario, we aim to question the teaching experiences, in unequal socioeconomic contexts that characterize the city of Pelotas, in the interior of the state of Rio Grande do Sul, about student access to remote learning technologies or possible educational practices proposed by Municipal Department of Education and Sport. For this, informal dialogues were carried out with teachers and directive pedagogical teams, through instant chat applications, such as WhatsApp, in order to discuss their experiences about remote learning and the possibilities regarding help and maintenance of a bond with the students. The reflections, based on the contributions of Michel Foucault, Judith Butler and Achille Mbembe, expose that the pandemic accentuated the drama experienced by impoverished populations, laying bare the violent scenario of neoliberal necropolitics that dismantled social policies in recent years.

Keywords: Poverty. Public School Education. Access to Technology.

“O QUE ME DÓI É VER AS CRIANÇAS NAS CAÇAMBAS”:
creaciones docentes y desigualdades en tiempo de Covid-19

Resumen: Las situaciones de emergencia inauguradas con la pandemia Covid-19 obligaron a conjeturar sobre la dinámica de las sociabilidades y las formas en que se constituyen la vida en medio de la letalidad del virus Sars-CoV-2 y la necropolítica en curso en Brasil. En varias ciudades del país, la alternativa encontrada fue el aprendizaje a distancia y, en otras, ante la exclusión digital, las escuelas instituyeron posibles prácticas educativas para mantener lazos con las/os estudiantes. Con atención a este escenario, nuestro objetivo es interrogar las experiencias docentes, en contextos socioeconómicos desiguales que caracterizan a la ciudad de Pelotas, en el interior del estado de Rio Grande do Sul, sobre el acceso de los estudiantes a las tecnologías de enseñanza remota o las posibles prácticas educativas propuestas por la “Secretaria Municipal de Educação e Deporto”. Para eso, se realizaron diálogos informales con profesoras/es y equipos pedagógicos directivos, a través de aplicativos de conversación instantánea, como WhatsApp, con el fin de comentar sus experiencias sobre el aprendizaje a distancia y las posibilidades de ayudar y mantener un vínculo con los estudiantes. Las reflexiones, basadas en los aportes de Michel Foucault, Judith Butler y Achille Mbembe, exponen que la pandemia acentuó el drama vivido por las poblaciones empobrecidas, dejando al descubierto el escenario violento de las necropolíticas neoliberales que desmantelaron las políticas sociales en los últimos años.

Palabras-clave: Pobreza. Educación en Escuelas Públicas. Acceso a la Tecnología.

Introdução

Inegavelmente, a pandemia de Covid-19 causou impacto na vida de muitos brasileiros e brasileiras. É possível indicar transformações no dia a dia das pessoas, que em pouco tempo se viram inseridas em um “novo normal”, com uso de máscaras, distanciamento

social, uso de álcool em gel ou 70%, higienização de mercadorias e, por vezes, *lockdowns* ordenados pelos governos estaduais e municipais. Nesse contexto, o Brasil, assim como outros países, vem sofrendo efeitos nocivos no âmbito da economia e esses, em decorrência dos alinhamentos políticos dos governos, se fazem sentir nas vidas das populações mais empobrecidas.

Nesse contexto, o Brasil, assim como outros países, sofreu efeitos danosos na esfera econômica e social. A BBC News Brasil (CARRANÇA, 2021) reportou uma contração econômica provocada pela queda do PIB de 4,1%, em 2020. Da mesma forma, a página de notícias G1 (ALVARENGA, 2021) indica que em abril de 2021 nosso país teve 14,3 milhões de desempregados e a taxa de empregos informais subiu para 39,7% dos que têm ocupação. Para piorar a situação, enquanto as possibilidades de trabalho formal diminuem, as páginas de notícias também indicam um aumento significativo nos preços dos artigos básicos que compõem a cesta básica. Em outra notícia, o G1 (REUTERS, 2021) aponta que em fevereiro deste ano, vivenciamos um aumento no preço de alimentos como açúcar, óleo, cereais, laticínios e carnes, o que não era uma eventualidade, mas uma constante elevação mensal dos preços, que ocorre desde meados de 2020. Além disso, em 31 de março de 2021, o governo federal autorizou o aumento de 10,08% nos preços dos medicamentos, conforme aponta a página de notícias CNN Brasil (2021).

Tornando o quadro mais crítico, ao passo em que diminuem as possibilidades de trabalho formal, as páginas de notícias também destacam um aumento de preços significativo dos itens básicos que compõem a cesta básica. Em outra matéria, o G1 (2021a) aponta que em fevereiro deste ano, houve o aumento no preço de alimentos, como açúcar, óleo, cereais, laticínios e carne – o que não teria sido uma eventualidade, mas uma subida mensal constante nos preços, que vem ocorrendo desde meados de 2020. Além disso, o governo federal autorizou, em 31 de março de 2021, o aumento dos preços dos medicamentos em até 10,08%, como informa a CNN Brasil (2021).

Esses dados talvez pareçam, em uma primeira leitura, uma análise um tanto fria e panorâmica dos fatos que mobilizam as dificuldades econômicas, dada sua dimensão macro, em âmbito nacional. No entanto, tais estatísticas estão atreladas a um contexto de dificuldades que se produz no cotidiano das populações médias e, sobretudo, empobrecidas,

a partir do funcionamento do neoliberalismo e das necropolíticas vigentes. Diante desse quadro, para nós, profissionais da educação, este é um aspecto que não pode ser invisibilizado pelos frequentes discursos individualistas, de estímulo a um empreendedorismo meritocrático, veiculados diariamente nas redes sociais e mídias digitais e, por vezes, estimuladas pelas políticas (camufladas) de inovação das universidades.

As desigualdades e injustiças sociais somente se acentuaram nesse período pandêmico, como se pode notar, evidenciadas na área da educação. Enquanto as crianças e adolescentes de escolas privadas de médio e grande porte deram continuidade aos seus anos letivos, estudando dentro de uma proposta de ensino remoto – composta, muitas vezes, de aulas ao vivo em plataformas *on-line* –, a lógica de ensino a distância em diversas escolas públicas de inúmeras cidades do Brasil assume um viés muito distinto. Considerando haver famílias sem acesso à internet banda larga e a um aparelho eletrônico para cada estudante, o funcionamento do ensino remoto se dá em moldes muito mais precários.

Como a relação da escola pública com os/as estudantes vai muito além das questões estritas do processo de ensino e aprendizagem, englobando sociabilização, alimentação, assistência social, entre outras, as possibilidades para as outras funções atribuídas à escola também encontram obstáculos não apenas neste momento de pandemia, mas também devido aos cortes orçamentários nas políticas sociais a partir da aprovação da PEC 241, no governo do presidente Michel Temer.

De acordo com 6º Relatório Bimestral Execução Orçamentária do Ministério da Educação, produzido pela organização não governamental Todos pela Educação, o governo federal terminou 2020 com a menor dotação orçamentária desde 2011, com R\$ 143,3 bilhões para a pasta da educação. A educação básica encerrou o ano com o menor orçamento e a menor execução orçamentária da década, R\$ 42,8 bilhões de dotação, 10,2% menos em comparação com 2019, e R\$ 32,5 bilhões em despesas pagas. Em 2010, por exemplo, a pasta pagou R\$ 36 bilhões em despesas com educação básica; e, em 2020, apenas R\$ 32,5 bilhões foram de fato gastos. É com base nesse cenário que nós, do grupo de pesquisa em Políticas do Corpo e Diferenças (POCs) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), o qual possui integrantes da rede pública de ensino –, promovemos diálogos com profissionais da educação, a partir de aplicativos de mensagens instantâneas, como WhatsApp, a fim de discutir experiências – no contexto da cidade de Pelotas, interior do

estado do Rio Grande do Sul – acerca do ensino remoto e das possibilidades no que diz respeito ao auxílio e à manutenção de vínculo com as/os estudantes.

Foi a partir da fala de um dos integrantes de nosso grupo de pesquisa que pensamos a proposta deste artigo, devido às emoções que nos causou quando, em um dos encontros virtuais, ele que atua como orientador educacional em uma escola da periferia de Pelotas, expressou: “O que me dói é ver as crianças nas caçambas”, referindo-se àquelas que, muitas vezes, junto de seus/suas familiares, mexem nas caçambas de lixo em busca de materiais recicláveis que possam ser vendidos e até mesmo de alimentos para o próprio consumo.

Em um sentimento de empatia e, ao mesmo tempo, indignação, propomos falar deste nosso lugar – que é o da educação – a respeito das possibilidades que a escola pública apresenta, durante a pandemia, para crianças, adolescentes e suas famílias que integram populações precarizadas no interior do estado do Rio Grande do Sul. Antes de tratar dessas experiências no âmbito da educação, no entanto, gostaríamos de considerar alguns aspectos que nos permitem pensar no quadro social brasileiro, que sofre com o avanço global do neoliberalismo e pela presença de necropolíticas que atingem os grupos humanos marcados pela precariedade.

Neoliberalismo, necropolítica e precariedade: discussões teóricas

Embora nossa intenção seja tratar do cenário brasileiro, mais especificamente da cidade de Pelotas, interior do Rio Grande do Sul, acreditamos que alguns pensadores, ao analisarem questões relativas ao neoliberalismo em âmbito mundial, propõem conceitos relevantes para que possamos problematizar o cotidiano desses municípios interioranos – são eles: Foucault, Mbembe e Butler.

Analisando a emergência de um pensamento liberal, Foucault (2008), no curso *Segurança, Território e População*⁴, trata do aparecimento de uma nova arte de governar, na Europa, a partir do século XVIII, cujos contornos permaneceram evidentes nos séculos XIX e XX. Trata-se de um modo de conceber o Estado que não mais deve intervir na vida do indivíduo, pois garantiria o bem-estar da população se deixasse que os interesses

⁴ Curso ministrado no Collège de France, entre os anos de 1976 e 1977.

particulares – sobretudo os econômicos – agissem em sua mediação. Foucault (2008) exemplifica essa questão, tratando do problema da escassez alimentar no contexto francês. Se anteriormente, na ocasião de uma má safra, o Estado limitava o aumento dos preços e proibia a estocagem, tentando a todo custo impedir que as pessoas sofressem com a escassez, a fim de evitar as temidas sublevações urbanas, a partir do século XVIII, com a nova arte de governar, a estratégia passa a ser outra. Passa-se a compreender que intervir para acabar com determinado evento de escassez alimentar só geraria mais problemas, visto que os camponeses mal pagos na safra ruim (devido ao limite no aumento dos preços), não teriam condições de reinvestir no plantio. Então, propõe-se permitir que a escassez ocorra, os preços subam e o mercado mesmo os regule. Dentro dessa lógica, algumas pessoas têm fome, algumas morrerão devido à escassez, mas o que importa, de fato, é preservar a economia, levando em conta uma média aceitável da população.

Esse modo de pensar, que carrega sua perversidade, é próprio de uma lógica liberal/neoliberal, que se produz, com outros contornos, na atualidade brasileira. Se analisarmos a situação das populações empobrecidas, neste contexto pandêmico em que vivemos, nota-se uma acentuação da desigualdade e um descaso que se reflete nas falas do Presidente da República, como: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?” (A respeito de recorde de mortes); ou “Vamos todos morrer um dia” – conforme explicitado pela BBC News Brasil (2020).

Podemos entender, em direção semelhante à análise da escassez alimentar feita por Foucault, que dado o funcionamento do neoliberalismo em nossa sociedade, deixa-se a alta nos preços dos alimentos, remédios, combustíveis, energia, etc. acontecer junto ao aumento substancial do desemprego, do contágio pela Covid-19, da superlotação hospitalar e do crescente número de mortos. São feitas intervenções apenas na tentativa de manutenção de médias consideradas suficientes no quadro crítico da pandemia (como foi o caso do auxílio emergencial⁵), mas se aceita o fato de que há, sim, uma parcela da população que sofrerá de

⁵ Aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República, é um benefício para garantir uma renda mínima aos/às brasileiros/as em situação mais vulnerável, durante a pandemia de Covid-19. Em 2020, foram no máximo nove parcelas, sendo as cinco primeiras de R\$ 600,00 e as quatro últimas de R\$ 300,00. As mães provedoras de famílias monoparentais (mães solteiras) tiveram direito a duas cotas. Assim, as cinco primeiras parcelas foram de R\$ 1.200, enquanto as quatro últimas foram de R\$ 600,00. Em 2021, está previsto o pagamento de quatro parcelas mensais no valor de R\$ 250,00. Pessoas que moram sozinhas têm direito a

modo muito mais intenso os efeitos da pandemia, no que diz respeito à saúde, à economia, à educação.

Nesse quadro se aceita, inclusive, a exposição das populações empobrecidas à morte, pela falta das condições de sustento e necessidade de deslocamento para trabalho, inviabilidade do distanciamento social nos transportes públicos superlotados e as condições de acesso ao tratamento da Covid-19 e de outras doenças, devido à sobrecarga do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse “deixar morrer”, pode ser compreendido a partir dos conceitos de biopolítica e necropolítica, discutidos por Foucault (2010) e Mbembe (2016).

Retornando à discussão diacrônica feita por Foucault, do aparecimento de uma arte de governar – de uma governamentalidade – que se atrela ao neoliberalismo, gostaríamos de abordar os apontamentos feitos pelo autor na última aula do curso *Em defesa da sociedade*⁶. Nele, Foucault (2010) afirma que, em um período anterior ao século XVIII, funcionava, sobretudo, um tipo de poder caracterizado pela figura do soberano, que tinha o direito de decidir se permitia a vida de seu súdito ou o condenava à morte.

Na modernidade, com a emergência do poder disciplinar, que age sobre o indivíduo e quer torná-lo útil, e do biopoder, que irá regulamentar a vida humana no nível da população, trata-se não mais de “deixar viver e fazer morrer”, mas de “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2010, p. 202). Ao configurar-se como uma estratégia que se preocupa com a população em nível político e biológico, a biopolítica analisa as questões estatisticamente, não buscando uma totalidade em seu “fazer viver”, mas uma média considerada razoável, a partir da qual se consente que a alguns se “deixe morrer”.

Para Foucault (2010), é nesse contexto da biopolítica que o racismo, já existente nas sociedades humanas, passa a fazer parte dos mecanismos estatais. Assim, a morte do outro, a partir de uma divisão racial, passa a ser considerada admissível e até benéfica para a população, de forma geral. O autor exemplifica essa questão com o racismo antissemita do governo nazifascista de Hitler, na Alemanha.

É a partir disso que Mbembe (2016) propõe sua discussão sobre necropolítica, trazendo para contextos mais atuais, problematizando modos contemporâneos de

quatro parcelas mensais no valor de R\$ 150,00. As mães provedoras de família têm direito a quatro parcelas mensais no valor de R\$ 375,00.

⁶ Curso ministrado no Collège de France, entre os anos de 1975 e 1976.

colonização – como é o caso da ocupação da Palestina, no qual a existência e a vida de um grupo passa a se ligar diretamente à morte do outro, ao funcionamento de um necropoder que mata, segrega e busca impedir a mobilização do povo palestino. A noção de necropolítica amplia a de biopolítica, que não seria mais suficiente na análise da contemporaneidade, visto que existem “formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2016, p. 146). Nesse sentido, o autor afirma:

[...] propus a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos”. (MBEMBE, 2016, p. 146).

Trazendo essas considerações para o cenário brasileiro, que é de grande desigualdade social, agravada pela pandemia, podemos problematizar as condições em que vivem as populações empobrecidas em nosso país, em uma existência social que lhes expõe à morte. A vida, nesse sentido, torna-se precária. Butler (2019)⁷ trata a precariedade como uma situação em que “determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte.” (p. 40). A autora explicita que algumas populações estão mais protegidas socialmente, enquanto outras estão sujeitas às condições precárias de vida, ficando vulneráveis à violência (estatal ou não) e sofrendo com a falta de recursos básicos.

Se analisarmos o contexto social que pretendemos estudar neste artigo, encontramos populações expostas à pobreza e para quem muitas vezes falta alimentação, saneamento básico e condições de moradia adequadas. Populações que, estando longe dos grandes centros urbanos, no extremo sul do Brasil, encontram-se invisibilizadas e, como aponta Butler (2019), ser reconhecido socialmente está diretamente ligado às possibilidades que os indivíduos têm de aparecer de algum modo. Com a pandemia de Covid-19, proliferaram discursos de crise financeira e o capital buscou no Estado as condições necessárias à manutenção de seus lucros ou para enfrentar a necessidade de isolamento social pela classe trabalhadora. Argumentando perdas e paralisia econômica e aumento de desemprego, o

⁷ A obra a qual nos referimos, foi publicada pela primeira vez em 2015.

governo brasileiro tem se configurado como o principal rival das medidas sanitárias indicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Ao mesmo tempo em que diminui o número de vagas no sistema público de saúde, as pessoas que atuam profissionalmente nesta área trabalham em condições precárias. A pandemia evidenciou a crise e denunciou a fragilidade estrutural da saúde pública, agravada pelo investimento deficitário que resulta em 35 milhões de pessoas viverem sem acesso à água potável no Brasil, por exemplo (Ministério do Desenvolvimento Regional, 2019). A pandemia revelou as omissões brasileiras a despeito de pesquisas e denúncias que já anunciavam a grave situação da população. A pandemia expôs a tragédia social do país, a cruel desumanidade produzida pelo incansável projeto neoliberal de produção de riquezas e de deixar passar fome as pessoas que o servem, além de responsabilizá-las pela impossibilidade de realizar o isolamento e/ou a distância social preconizada pelas autoridades de saúde.

Na finalização da redação deste texto, em 10 junho de 2021, o Brasil é mais uma vez o epicentro global da pandemia, os números de infecções e mortes são os principais motivos: as duas taxas cresceram muito nas últimas semanas. No mundo, segundo o repositório de dados do Centro de Ciência e Engenharia de Sistemas da Universidade Johns Hopkins, são 17,1 milhões de casos e o Brasil alcançou, segundo o Painel Coronavírus do Ministério da Saúde, a marca de 17.122,877 milhões, 10% dos casos no mundo. De acordo com a Fundação Oswaldo Cruz, o Brasil vive atualmente o maior colapso hospitalar e de saúde de toda a sua história (SOARES, 2021). Em todo o país, as taxas de ocupação de leitos em unidades de terapia intensiva do SUS ultrapassam 80%. Na rede privada, a situação não é diferente: as unidades hospitalares privadas estão se voltando para o serviço público em busca de leitos.

Com o SUS esgotado, o número de óbitos cresce exponencialmente. O país que possui 2,7% da população mundial, com 212,9 milhões de habitantes (IBGE, 2021), foi responsável por 21% dos registros de óbitos da Covid-19 no mundo em 9 de março de 2021 (BBC, 2021). Em entrevista à BBC (REDAÇÃO, 12 de março de 2021), o epidemiologista Pedro Hallal, da UFPel, afirmou que: “21% de todas as mortes no mundo ontem (9 de março) Covid- 19 ocorreram no Brasil, um país que tem apenas 2,7% da população mundial. Então isso é enorme. O Brasil está se tornando uma ameaça à saúde pública global.” Ou seja,

segundo dados da OMS, das 60,2 mil vítimas fatais, naquele período, 15,6 mil eram brasileiras.

Apesar de um sistema de saúde, fruto de uma série de conquistas históricas sociais e científicas, além de instituições de pesquisa de ponta e de um brilhante histórico de aplicação de vacinas, o fato de o Brasil ter se tornado o epicentro da pandemia não nos surpreende. O que vimos no país é o resultado de decisões políticas explícitas no discurso do próprio presidente Jair Messias Bolsonaro. É até possível fazer um paralelo com a progressão da própria doença.

Desde o início da pandemia, Bolsonaro fez declarações minimizando o impacto da Covid-19. Ele já usou palavras como “histeria” e “fantasia” para classificar a forma como a população reagia às notícias da imprensa. Criticando as medidas de isolamento social, o presidente instiga a população a enfrentar o vírus. No início deste ano, quando os números mostravam o avanço da pandemia, Bolsonaro afirmava que o Brasil vivia o “pequeno fim da pandemia”. O presidente também incentivou o uso de medicamentos ineficazes contra a doença, agiu para dificultar a compra de imunizantes vindos da China para a produção das vacinas AstraZeneca (Fundação Oswaldo Cruz) e CoronaVac (Instituto Butantan) no Brasil e/ou compra direta de vacinas BioNTech/Pfizer, Johnson & Johnson e Sputnik, espalhou notícias falsas sobre a Covid-19 e fez campanha pela desobediência às medidas de proteção, como o uso de máscaras faciais e isolamento social.

Reiteramos que a pandemia de Covid-19 colabora para a intensificação das problemáticas vividas pelos grupos já marcados pela precariedade, ligadas à subsistência, à manutenção da vida e, ainda, ao acesso à educação. Nesse sentido, colocamos o questionamento: a escola pública, em contexto pandêmico, pode apresentar possibilidades de auxílio a essas populações? É nessa direção que seguiremos no próximo tópico.

Insurgências de vidas vivíveis

Apesar da gravidade da situação vivenciada pelas populações empobrecidas em nosso país, e mais especificamente nas cidades interioranas rio-grandenses, é importante ressaltar as possibilidades de luta e a relevância das escolas públicas nessa perspectiva.

Quando fala da força de determinados mecanismos de poder, Foucault (2015)⁸ ressalta que a resistência existe em todos os espaços nos quais o poder funciona. Em uma direção semelhante, Butler (2019), ao tratar da vida precária, aponta para as possibilidades de alianças nas reivindicações de uma vida mais vivível.

Desde março de 2020, as escolas públicas de Pelotas e cidades vizinhas não tiveram atividades presenciais com os/as estudantes. À primeira vista, parecia que era algo momentâneo, não tínhamos sequer dimensão da gravidade e tampouco havia consenso na comunidade científica sobre o tema. Paramos as atividades com perspectiva de voltar em alguns meses, o que até o momento de finalização dessa escrita não foi possível.

Nesse percurso, o contato com os/as estudantes tem sido restrito e unido aos poucos recursos tecnológicos que possuem as escolas. De lá pra cá, houve vários ciclos nos processos de ensino e aprendizagem, muitas ferramentas digitais foram testadas, mas a maioria revelou-se insuficiente ou tornou-se fracassada. Para a maior parte das escolas, foram necessários alguns passos atrás, voltando aos materiais impressos que são entregues às famílias pela equipe diretiva quinzenalmente. Os meios para mobilizar e/ou fazer chegar os materiais impressos às/os estudantes são os mais variados. Há escolas que entregam quando a família vai buscar as cestas básicas entregues a partir dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar e de doações advindas, sobretudo, de associações religiosas ou comunitárias.

Nas estratégias digitais, o uso do Facebook foi uma das primeiras tentativas de organização das atividades escolares. As escolas decidiram, em equipe, registrar grupos fechados na rede social, por meio dos quais as professoras enviariam as atividades escolares para os/as estudantes responderem. O fato é que a interação nas escolas pesquisadas foi pequena, para não dizer ínfima, segundo relatos docentes. As narrativas dão conta de que as interações não passam de cinco, em turmas de 30 estudantes. A orientação da Secretaria Municipal de Educação e Deporto (SMED) era de trabalharem com atividades socioemocionais preconizadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁹, a fim de que o vínculo estudantil não se perdesse no meio do percurso pandêmico.

⁸ Texto *Saber Poder*, que consta na coletânea *Ditos e Escritos*, v. IV.

⁹ Não se observou um consenso sobre o que viriam a ser essas recomendações socioemocionais baseadas na BNCC. Entretanto, algo ficou evidente nas preocupações docentes: a permanência do vínculo estudantil com a escola.

Embora a crença de que todos/as os/as estudantes tivessem conta no Facebook, o acesso não era regular e dependia de muitas questões, entre elas, o telefone do responsável e a disponibilidade de internet. Nem sempre disponíveis, as atividades enviadas no nessa rede social não eram acessadas e o telefone não dava conta, seja pelo acesso à internet e/ou ao número significativo de estudantes dependentes de um único aparelho. Uma família de quatro, cinco, nove estudantes para dividir o telefone, tornava o Facebook uma ferramenta obsoleta diante da realidade vivenciada. Os/As responsáveis utilizam o aparelho para o trabalho, muitas famílias das escolas pesquisadas possuem apenas um único aparelho de celular em casa. No geral, as famílias se reúnem à noite, depois de um longo dia de trabalho, e a internet móvel já não suporta a grande quantidade de acessos necessários para a realização das atividades.

Em escolas com estudantes de famílias mais empobrecidas, a falta de acesso ao Facebook não está somente atrelada às questões de ausência de tecnologia e disponibilidade da internet, mas em decorrência do retorno de estudantes ao mercado de reciclagem. Muitas famílias não utilizavam a mão de obra das crianças pequenas nas coletas, eram os/as estudantes mais velhos que participavam das atividades com seus/suas responsáveis, alguns inclusive faziam a coleta dos materiais sozinhos. O que muito se vê hoje são as crianças de 6, 7, 8 anos dentro dessas caçambas de lixo. O lugar de coleta expandiu-se, não se limitando ao centro da cidade; bairros populares e numerosos ou de classe média estão sendo buscados pelas famílias. Em um dos relatos, uma professora nos dá conta de que:

Nos passeios pedagógicos que já havíamos realizados com a escola, as crianças mal sabiam os nomes das localidades, suas vidas se resumiam entre o Centro de Pelotas e o prolongamento do canal São Gonçalo. O número de famílias que precisou entrar para a reciclagem, a fim de mitigar a vida, aumentou consideravelmente e, conseqüentemente, houve necessidade de expansão da área de abrangência. Com o quadro, os sentimentos se misturam. É constrangedor ligar para as famílias, cobrando a realização das atividades das crianças e saber de suas impotências frente ao aumento da fome. Decidimos, enquanto equipe pedagógica, irmos às casas daqueles/as estudantes que estavam sem interação com a escola e quando nos viam, o sorriso de alegria era radiante, parecia um alento, a nossa visita. A família, quase sempre as mães e avós, pediam e pediam, sequer perguntavam pelas atividades escolares, queriam saber se tínhamos alimentos, a palavra “rancho” e “cesta” ecoavam instantaneamente.

Com a pandemia, as famílias que não atuavam com reciclagens se viram desempregadas. Algumas pessoas responsáveis que trabalhavam como terceirizadas em atividades de limpeza, contratadas pela prefeitura, governo do estado ou pela UFPel, agora estão desempregadas ou com as atividades e salários reduzidos. Esse vínculo que algumas tinham era a única fonte de renda, até então uma forma de manterem-se dignamente ativos no mercado de trabalho. Trabalhadoras/es domésticas/os ou da construção civil perderam seus empregos, a pandemia acentuou ainda mais o que antes já estava deficiente: a falta de alimentos, saneamento e moradia digna. Para muitas famílias, a depender das atividades que desempenhavam, às vezes só com o contrato de trabalho já não era possível o sustento, a reciclagem tornava-se uma alternativa noturna de acréscimo orçamentário.

Ao considerar que a vida é mais urgente, os relatos nos dão conta da necessidade de fortalecer ainda mais os laços das escolas com as famílias após as restrições sanitárias. Com isso, ao longo de 2020-21, elas buscaram alternativas junto à rede de Assistência Social e SMED e conseguiram ampliar as cestas básicas entregues às famílias. Algumas dessas cestas foram arrecadas e distribuídas pelas/os próprias/os profissionais das escolas – foram centenas de cestas.

Com o agravamento da crise social e econômica, o Facebook deixou de ser uma alternativa para parte das escolas municipais, e os/as docentes buscaram junto à SMED algumas soluções, a exemplo da realização de campanhas de arrecadação de aparelhos de celular. Com alguns aparelhos doados aos/às estudantes, a secretaria fechou convênio com a empresa de telefonia móvel Claro, que disponibilizou acesso à internet apenas aos aparelhos que foram doados. Do Facebook, algumas escolas foram para o Google Forms no qual criaram formulários *on-line* para listas de turmas no WhatsApp.

Vale uma ressalva no sentido de considerar que, mesmo dentro de uma mesma cidade interiorana, como é o caso de Pelotas, a situação das escolas da rede pública (ou mesmo da rede pública municipal) não são equivalentes. Uma das docentes com as quais conversamos trabalha em uma escola municipal, na qual a maioria das/os alunas/os tem acesso à internet e o Facebook continua a ser usado para veiculação de atividades a serem realizadas pelos/as estudantes. No fechamento do primeiro trimestre letivo do ano de 2020, essa professora nos

conta ter recebido 75% das devolutivas dos/as alunos/as – todas via *e-mail* e Facebook. A professora nos conta, ainda, que:

Na escola onde trabalho, em uma área cêntrica da cidade, dou aula para três turmas de 6º ano, somando mais de 60 alunos. Dentre eles, apenas uma não tem acesso à internet e retira material impresso na escola. Na página do Facebook da escola, os alunos e os pais estão presentes, sempre comentando e fazendo suas reivindicações. É frequente ver pais e mães reclamando que não receberam o link de uma oficina ocorrida no Google Meet, que determinada atividade não está legível ou que a devolutiva de seus filhos não foi devidamente anotada na tabela de registro, que é visualizada não apenas pelos professores, que a editam, mas também compartilhada com pais e alunos.

A situação dessa escola mostra que a desigualdade se produz dentro da própria rede pública de ensino, de forma que algumas escolas, situadas em determinadas áreas da cidade, cuja população vive em condições menos precárias, contrastam com outras unidades localizadas em contextos sociais mais empobrecidos. É o caso de uma instituição que, devido à dificuldade de acesso à internet, a equipe que atua conseguiu aparelhos usados para 100% dos/as estudantes.

Nessa escola, com todos/as os/as estudantes cadastrados/as em lista de discussão, as/os professoras/es interagiram e passaram a incentivar, os/as estudantes a participarem das atividades propostas. Mas descrevem que a participação de estudantes não alcançou o esperado, ultrapassaram a quantidade da época do *Facebook*, mas, ainda assim, a média não era mais do que 60% de estudantes de cada turma – um percentual que diminuía consideravelmente nas séries finais. A doação dos equipamentos foi um estímulo importante, porque os/as estudantes que até então estavam sem nenhum tipo de vínculo com essa escola conseguiram minimamente manter contato. Contudo, a situação vivida não mudou. Ao contrário, acentuou ainda mais com a intensificação da crise econômica e de assistência na pandemia e os cortes e diminuição do auxílio emergencial criado pelo governo federal. O telefone doado não deu conta, ainda era um aparelho para muitas crianças/adolescentes usarem, a internet onde residem têm baixa frequência da Internet via rádio, às vezes nem pega o sinal da operadora. A sobrevivência estava em primeiro lugar, algo necessário e urgente à manutenção da vida.

A cada semana que passa, mais e mais crianças estão nas ruas da cidade, reciclando ou pedindo nas ruas. É comum ver crianças pequenas manejando carroças enquanto adultos estão na beira de um tonel de lixo. Segundo um professor, que também integra a equipe diretiva, quando viu um de seus alunos:

Sua família era uma das que mais tinha condições na escola, sua mãe, funcionária terceirizada de uma repartição pública, ficou desempregada e seu padrasto, motorista de ônibus, também. Com dois adultos e duas crianças, a busca por trabalho e alimento na rua foi, naquele momento, um caminho dentro de suas poucas possibilidades.

Esse não era um caso isolado, a falta ou limites orçamentários das políticas públicas de assistência levou ao trabalho reciclado pessoas que até então conseguiam manter seus filhos e filhas nas escolas sem o auxílio das crianças e adolescentes para conseguir o sustento do dia. Vale ressaltar que o sustento é diário, as atividades desempenhadas na reciclagem, pelo valor pago pelos materiais, não dá para fazer estoque de alimentos, o que é vendido no dia é consumido com alimentos no outro.

Com esse quadro, na escola do professor que nos descreve o relato acima, é costume realizarem ligações telefônicas quase que diárias às famílias após a doação de aparelhos celulares e acesso à internet, além de visitas esporádicas às suas casas, o fato é que esbarram em questões sociais. Entre a escola e o alimento, “matar” a fome está em primeiríssimo plano. A estratégia para manter o vínculo do/a estudante com a escola esvazia-se com a fome e a necessidade de sobrevivência. A pressão exercida para que a escola se reinvente, frente ao cenário pandêmico, destoa das realidades locais e das novas situações acentuadas com a Covid-19.

Reconhecendo os limites dos recursos digitais, muitas escolas começaram a planejar atividades impressas, mesmo que para apenas parte das/os alunas/os, que não tenha condições de acessar o material on-line. Na escola do professor, a qual nos referimos no parágrafo acima, optou-se pela feitura de atividades impressas para todos/as os/as alunos/as, que são quinzenalmente entregues e recolhidas das/os estudantes. Foi através do material impresso que várias das escolas públicas de Pelotas ampliaram o vínculo da família com a escola. Isso não significa que conseguiram atingir todas/os as/os estudantes com as buscas ativas nos endereços disponibilizados à escola, listas criadas com o auxílio do WhatsApp e

redes de apoio. Nesse trajeto, algumas crianças e adolescentes ficaram entregues à luta, por vezes solitária, de manutenção da vida.

Em outra escola, situada na zona rural da cidade de Pelotas, da qual conseguimos contato com uma das professoras, disposta a dialogar conosco, o material impresso também representou essa aproximação entre a escola e as famílias dos/as alunos/as. Nesse caso, foi preciso considerar a situação específica da zona rural, cujas demandas diferem do meio urbano. Muitos/as famílias na zona rural enfrentam problemas relativos ao funcionamento da internet, e mesmo para acessar materiais impressos existe o problema de que nem todos moram bastante perto da escola e o transporte público está limitado no meio rural, durante o período pandêmico. Assim, a escola em questão precisou lançar mão da tática de visitar as/os alunas/os em suas casas para fazer a entrega das atividades.

No que tange aos/às professores/as, mesmo com os apelos para o resguardo social, com o intento de garantirem o fim da cadeia de transmissão, correntemente se deparam com problemas emocionais, provenientes das demandas da pandemia e dos possíveis cortes salariais. A sensação de impotência e a falta de domínio sobre as ferramentas digitais, de verem estudantes não terem acesso ou não dando o retorno às atividades que estão sendo propostas, produzem profunda angústia e ansiedade.

Mesmo que estejam produzindo extenuantemente, a sensação reiterada nos discursos que nos chegam é que as/os professoras/es estão no fluxo da lógica da inexistência. Esse quadro nos lembra Sousa Santos (2002), quando afirma que a inexistência é o efeito da ideia de improdutivo, que quando associada à natureza, é entendida como esterilidade e, quando aplicada à dimensão do trabalho, é lida como preguiça e/ou desqualificação profissional. A situação aprofunda os abismos, os processos de desumanização e de impotência e nos lembra o que Caetano, Silva Junior e Teixeira (2020, p. 134) destacam:

O quadro parece refletir as lógicas empreendidas pela globalização neoliberal [...]. Nesse período de isolamento social, ou estamos a serviço da educação para a emancipação ou estamos cada vez mais promovendo abismos e distanciamentos, ou o pior, desestimulando tanto nossos/as professores/as, quanto nossos/as alunos/as, fazendo com que desistam da escola. A primeira reflexão que nos vem em mente, mesmo reconhecendo os impactos da pandemia, é que não podemos pensar em ensino remoto, desconsiderando as extremas desigualdades e realidades [...]. Os resultados de infectados e mortos refletem as desigualdades sociais desse país, pois

são os mais pobres que se avolumam nos transportes públicos para trabalharem nos setores de serviço, encarados como essenciais, e ao voltarem para suas residências levam consigo, muitas vezes, a COVID-19 que se espalha nas periferias, favelas e/ou bolsões de pobreza. O rei ficou nu ao apresentar a desumanidade brutal produzida pela sua garra incansável de produzir riqueza e deixar passar fome aqueles e aquelas que o servem, e ainda os/as responsabilizando pela incapacidade de realizar o isolamento e/ou distanciamento social preconizado pelos organismos sanitaristas.

A necessidade de distanciamento social, preconizado pelas políticas sanitárias, revelou inúmeras alternativas tecnológicas inventadas e aprimoradas para que a sociedade pudesse criar outros sentidos sociais. Porém, nos enfrentamentos diários vividos por grande parcela da população desprovida de consumo, as tecnologias assumiram contornos de roleta russa. Nesse sentido, a vida tem que ser compreendida como viva, conforme nos lembra Butler (2010, p. 13):

[...] uma vida concreta não pode ser apreendida como destroçada ou perdida se antes não for apreendida como viva. Se algumas vidas sequer se qualificam como vidas, desde o princípio, não são concebíveis como vidas dentro de certos marcos epistemológicos, tais vidas nunca serão consideradas vividas nem perdidas no sentido pleno de ambas as palavras.

A precarização da vida é uma condição histórica, produzida a partir e com as operações do poder, não está nas pessoas, mas as atravessam ditando e orientando a vida. A produção da precariedade diz muito sobre os projetos de Estado, concepções de vida, sobre a forma como alimentamos e reproduzimos o cotidiano. Se vivemos precariamente, ainda assim vivemos; se a escola está aquém do desejado e necessário, ela ainda assim existe e insurge. Butler (2010) vai nos chamar a atenção, que quando analisamos a precarização da vida, podemos incorrer da proteção ao destroçamento da vida viva, aquela vivida no cotidiano das práticas sociais até então negligenciadas.

As queixas, como são vistas, são necessidades genuínas de localidades que só desejam qualidade de vida, refeições dignas, casas sem buracos, banheiro para suas necessidades fisiológicas, ducha com água quente, iluminação pública nas vielas, rede de esgoto, posto de saúde, entre tantas outras, já adiadas e que constituem o entendimento de moradia digna, segundo o IPEA (MATIJASCIC, 2017). A precarização, como no discurso oficial parece ser, não foi criada pela e com a ocupação nas vilas. Suas formas de viver tem,

em seu princípio, a ausência do Estado despreocupado com aquelas vidas. Elas parecem valer menos, essa é a mensagem emitida. Vale considerar que:

[...] a precariedade só faz sentido quando somos capazes de identificar a dependência e a necessidade corporal; a fome e a necessidade de abrigo; a vulnerabilidade às agressões e à destruição; as formas de confiança social que nos permitem viver e prosperar; e as paixões ligadas à nossa persistência como questões claramente políticas. [...] a nossa precariedade depende em grande medida da organização das relações econômicas e sociais, da presença ou ausência de infraestruturas e de instituições sociais e políticas de apoio. (BUTLER, 2018, p. 80).

Precisamos dialogar ainda mais com as velas e denunciar a vida nua que se constitui com a roupagem da fome, moradia indigna, ausência água, luz, saneamento básico e do direito à saúde e educação. As queixas serão sempre cenas, uma dramatização hipotética aos olhos de quem vê na ordem do poder, mas que revelam retratos e rostos de localidades adoecidas e da vida vivida no cotidiano da periferia desse Brasil profundo.

A fome não respeita idade, não poupou ninguém, a pandemia acentuou ainda mais a precarização da vida. Os/as estudantes e suas famílias precisaram se reinventar, buscaram, no que já haviam superado, táticas para sobreviver à Covid-19. As escolas, nessa situação, embora venham fazendo tentativas de aproximação e acolhida, encaminhamentos relativos à rede de apoio para suporte à vida, com tentativas de mitigar a fome, tornou-se, em vários aspectos, lugares de passagem; a rua agora se converteu no lugar de esperança momentânea para vencer o desemprego e a fome. A situação de pobreza, vivenciada por inúmeras famílias brasileiras, indica que já se experimentou e vem-se, ainda, experimentando tempos difíceis, mas refletir a esse respeito reitera que precisamos continuar a conjugar o verbo esperar.

Considerações finais

Para as pessoas mais empobrecidas, a emergência sanitária da Covid-19 se junta a tantos outros problemas igualmente perversos e letais, a exemplo da falta de alimentos, a violência, as condições precárias de moradia, a retirada de direitos previdenciários e trabalhistas, o sucateamento da educação e saúde pública, entre tantos outros. Esses

problemas, em meio a outros, intensificam-se com a necropolítica neoliberal do governo Bolsonaro.

A Constituição brasileira define que a educação se constitui em um direito de todos e um dever do Estado (Art. 205, 206, 208 e 211). Seus princípios expressam conquistas históricas dos movimentos sociais populares. O debate sobre os caminhos da educação pública é parte das alternativas que devemos assumir, sobretudo, neste momento.

De fato, o que estamos presenciando são os paradoxos desse momento no qual, nós professoras/es, estamos denunciando as dificuldades e as desigualdades de nossos/as estudantes para lidarem com os obstáculos educacionais impostos pela pandemia em um sistema socioeconômico predatório. Quando a violência é iminente e os corpos se valem somente se suas forças, a escola é convocada, quando pode, a intervir. Como observamos, não são apenas formas de ver e viver a vida, de organizar a moradia e o bairro, de criar regras e normas de convivências próprias nas localidades em que estão as escolas de docentes que atuaram nessa pesquisa, como se fosse um mundo paralelo, é muito mais, diz muito mais. Diz muito sobre a ausência de políticas de Estado.

Na pandemia, as escolas vêm atuando como podem, diante da multiplicidade de existências que se criaram na constante precarização da vida. Não está ao alcance das escolas e das/os professoras/es resolverem tal precariedade, que vem sendo agravada pelas necropolíticas e pelas demandas perversas do neoliberalismo. O que é possível, para as escolas, suas/seus trabalhadoras/es e alunas/os é produzir micro resistências diárias, táticas cotidianas em prol de vidas mais vivíveis.

Referências

ALVARENGA, D. Desemprego fica em 14,2% no trimestre terminado em janeiro e atinge recorde de 14,3 milhões de pessoas. **G1**. 31 de março de 2021. Disponível em: <https://bityli.com/8qegC>. Acessado em: 10 Jun/2021.

ARCANJO, D. Relembre o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi. **Folha de São Paulo**. 5 de março de 2021. Disponível em: <https://bityli.com/259pG>. Acessado em: 10 Jun/2021.

BBC NEWS BRASIL. **Relembre frases de Bolsonaro sobre a covid-19.** 7 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>. Acessado em: 10Jun/2021.

BRASIL. **Painel Geral** – Coronavírus. Ministério da Saúde, disponível em <https://covid.saude.gov.br/>. Acessado em: 10 Jun/2021.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas:** notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CAETANO, M.; SILVA JUNIOR, P. M.; TEIXEIRA, T. M. de S. Educação em tempos de pandemia: reflexões sobre políticas de educação na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Interinstitucional Artes de Educar.** Rio de Janeiro, V. 6 – N. Especial – pág. 116 - 138 – (jun. – out. 2020): “Educação e Democracia em Tempos de Pandemia”. DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2020.52036>.

CARRANÇA, T. PIB: Pandemia agrava o que já seria a pior década de crescimento no Brasil em mais de um século. **BBC NEWS BRASIL.** (3 de março de 2021) Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56257245>. Acessado em: 10 jun/2021.

CNN BRASIL. **Preços de remédios sobem até 10,08% a partir desta quinta-feira (1º).** 31 de março de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/03/31/precos-de-remedios-sobem-ate-10-8-a-partir-desta-quinta-feira-1>. Acessado em: 10 Jun/2021.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos, volume IV: estratégia, poder-saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

G1 GLOBO.COM. **Desemprego fica em 14,2% no trimestre terminado em janeiro e atinge recorde de 14,3 milhões de pessoas. 31 de março de 2021.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/31/desemprego-fica-em-142percent-no-trimestre-terminado-em-janeiro-aponta-ibge.ghtml>. Acessado em: 10 Jun/2021.

G1 GLOBO.COM. **Preço dos alimentos sobe pelo 9º mês consecutivo, aponta índice global.** 4 de março de 2021a. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/04/preco-dos-alimentos-sobe-pelo-9-mes-consecutivo-aponta-indice-global.ghtml>. Acessado em: 10 Jun/2021.

IBGE. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock. Acessado em: 10 Jun/2021.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY – MEDICINE. **Coronavirus Resource Center**. Mapa Global. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acessado em: 10 Jun./2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N 1 Edições, 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Secretaria Nacional de Saneamento – SNS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS. (2019). **24o Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos**. Recuperado de [http://www.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/ae/2019/Diagn%C3%B3stico SNIS AE 2019 Republicacao 31032021.pdf](http://www.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/ae/2019/Diagn%C3%B3stico%20SNIS%20AE%202019%20Republicacao%2031032021.pdf).

REDACCIÓN. Coronavirus: “Brasil se está convirtiendo en una amenaza para la salud pública mundial”. **BBC News**. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-56369474>. Acessado em: 10 jun/2021.

REUTERS. Preço dos alimentos sobe pelo 9º mês consecutivo, aponta índice global. **G1**. (4 de março de 2021). Disponível em: <https://bitly.com/ZZuQe>. Acessado em: 10 jun/2021.

SOARES, J. (17 de março de 2021). Brasil enfrenta maior colapso sanitário e hospitalar da história, diz Fiocruz. **Olhar digital**. Disponível em: <https://bitly.com/owStq>. Acessado em: 10 jun/2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **6º relatório bimestral execução orçamentária do Ministério da Educação (MEC) Consolidado do Exercício de 2020**. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/02/6%C2%B0-Relatorio-Bimestral-da-Execucao-Orcamentaria-do-MEC.pdf>. Acessado em: 10 jun/2021.

Submissão em: 28-06-2021

Aceito em: 05-09-2021